



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

Comissão de Acessibilidade e Inclusão e Unidade de Acessibilidade e Inclusão - COMPACI e UNAI

ATA DE REUNIÃO

1. DADOS DA REUNIÃO

Área Responsável pela Reunião: COMPACI – Comissão de Acessibilidade e Inclusão e UNAI – Unidade de Acessibilidade e Inclusão

Data	Horário de Início	Local
03/04/2025	10h00	Vídeoconferência

2. PARTICIPANTES

Nome
Desembargadora Anna Carla Lopes Correia Lima de Freitas – Presidente
Juiz Fábio José de Oliveira Araújo – Juiz Auxiliar da Presidência
Ana Caroline Leal Vasconcelos – Gerência de Planejamento
Marieta Dantas Tavares de Melo – Gerência de Engenharia e Arquitetura
Valéria Lúcia Winkeler Beltrão – Gerência de Qualidade de Vida
Maria do Socorro Belarmino de Souza – Pedagoga do NAPEM
Washington Rocha de Aquino – Gerência de Legislação e Precedentes
Daiane Lins da Silva Firino – Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura
Cássio Higino de Freitas – Coordenação de Sistemas Administrativos da Diretoria de Tecnologia da Informação
Viviane dos Santos Sousa – Coordenação do Núcleo de Gestão Socioambiental
Daniela Gonçalves de Menezes – Gerência de Qualidade de Vida
Flávia Ribeiro Mafra – Gerência de Desenvolvimento, Controle e Acompanhamento - ausente
Surama Monalisa Costa Sobreira – Coordenação de Apoio aos Núcleos, Comitês e Comissões - COAPO

3. PAUTA

Item	Descrição
1	Apresentação do Plano de Ação da Comissão para 2025, esclarecimentos e ajustes
2	Fazer levantamento sobre existência de acessibilidade em todas as comarcas
3	Verificar possibilidade de acesso ao PJE por pessoa com deficiência visual
4	Ver possibilidade de estágios no Tribunal com pessoas com síndrome de down
5	Planejamento de calendário e propostas de evento no TJPB voltado ao público de PNE
6	Proposta de unificação dos grupos de WhatsApp e das reuniões da Unidade de Acessibilidade e Inclusão com a Comissão de Acessibilidade e Inclusão

4. RELATÓRIO DA REUNIÃO

Item	Descrição
1	A presidente da comissão, Desa. Anna Carla Lopes Correia Lima de Freitas, iniciou a reunião saudando a todos os participantes. Comentou alegria de contribuir nessa comissão para a sociedade. A Gerente de Planejamento fez uma síntese do percurso da comissão desde 2019 e do trabalho que vem sendo realizado. O coordenador da UNAI, Dr. Fábio José se pronunciou acerca da recomendação do CNJ de privilegiar a acessibilidade sob a forma digital, paripasso à acessibilidade estrutural. Acrescentou que a reestruturação iminente do portal do Tribunal será uma janela de oportunidade para a inclusão e acesso, através de novas ferramentas e em versões mais avançadas, que melhorem a interlocução. A Desa. Anna Carla destacou a necessidade emergencial da acessibilidade predial nos Fóruns do interior, sobretudo, onde a arquitetura não tem atendido a contento. Franqueou a palavra à Gerente de Engenharia e Arquitetura que afirmou já haver o levantamento sobre as Comarcas e

	<p>Unidades que necessitam de manutenções corretivas e preventivas que englobam ações mais simples, de forma emergencial, contemplando os requisitos de acessibilidade de forma global. Expôs, ainda, que nos demais casos, são realizados planos de obra e contratada a empresa. A presidente da comissão sustentou ser indispensável a oferta mínima de condições de acesso predial às Unidades Judiciárias, como rampas de acesso e conjunto de elementos estruturais.</p>
2	<p>A presidente da comissão, Des. Anna Carla, cumprimentou a Maria do Socorro Belarmino de Souza, conhecida como Suzi, que é membro da comissão com deficiência visual. A Pedagoga do NAPEM fez a sua apresentação, teceu considerações acerca dos conceitos de PNE (Portador de Necessidades Específicas), da exigência de adequação das estruturas prediais e digitais do Poder Judiciário que atenda aos requisitos de acessibilidade e inclusão sob suas formas variadas (Braille, audiodescrição, intérprete de libras), da sua contribuição enquanto palestrante em webinários voltados à conscientização dos servidores. A Des. Anna Carla destacou a importância da colaboração da Pedagoga do NAPEM, para que sua experiência seja agregada às ações da comissão. Passada a palavra a Daniela Gonçalves de Menezes, representando a Gerente de Qualidade de Vida, ela citou um caso de servidora que passou pela transição da perda da capacidade visual, realçando a importância do apoio uma unidade específica, do convívio com pessoas como Maria do Socorro que presenciou o processo.</p>
3	<p>Facultada a palavra a Viviane dos Santos Sousa, ela realizou a autodescrição e, em seguida, ressaltou a percepção sobre as normas técnicas de inclusão e acessibilidade e das resoluções que as contemplam, através da participação de pessoas PNE nas ações da comissão. Evidenciou que as barreiras arquitetônicas são várias, mas que a questão do capacitismo tornara-se mais difícil em razão da existência de uma política neste Judiciário que integrava, mas não incluía as pessoas com deficiência, em razão da ausência de material orientativo, também de práticas que sensibilizem os servidores e gestores, para além dos ajustes estruturais e digitais, mas da conscientização das pessoas. Ela dividiu sua experiência pessoal e profissional, descreveu a necessidade de mais ações estruturais virtuais, oficinas educativas e outras soluções de sensibilização, com fulcro no alcance sobre o tema, integrando os setores.</p> <p>Disponibilizado o espaço, Washington Rocha de Aquino compartilhou sua experiência de vida, quando após ser infectado com o COVID, ter sequelas motoras e de perda auditiva. Relatou que através de suas limitações, percebeu que dentro do Tribunal podem ser aproveitadas capacidades laborativas de acordo com a deficiência. Identificou como um problema histórico a acessibilidade dos prédios deste poder Judiciário, em razão de não poderem serem alvos de grandes mudanças estruturais. Enfatizou que a comissão e a unidade possuem a missão de olhar as pessoas com a perspectiva de executar as melhorias na vida delas, de acordo com suas demandas.</p>
4	<p>A presidente manifestou o seu compromisso para com a comissão, frisou o desenvolvimento de um trabalho através das redes sociais do TJ que enfoque a comissão, dando visibilidade a todo o Estado para que as pessoas possam se engajar. Parabenizou e afirmou ser importante a participação dos membros, pois possibilita a preparação sobre o que pode ser feito.</p>
5	<p>Deliberações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - unificação dos grupos de WhatsApp e das reuniões da Unidade de Acessibilidade e Inclusão com a Comissão de Acessibilidade e Inclusão; - planejamento de encontro com o Juiz do Trabalho Márcio Cruz; - planejamento de eventos para os meses de Junho e Setembro; - convite do Juiz Max Nunes e do diretor da DITEC, Daniel Ayres de Melo, para a próxima reunião, sobre mudanças no portal; - expedientes pela Gerência de Engenharia e Arquitetura, solicitando à Presidência auxílio acerca de adequações de natureza física nos prédios das Comarcas; - iniciar as próximas reuniões com autodescrição; - demais pontos da pauta não abrangidos nessa, que fiquem para a próxima reunião; - próxima reunião em 11.04.2025, às 10h.

6	Finalizadas as exposições e franqueada a palavra aos demais presentes, a Des. Anna Carla agradeceu a oportunidade e colocou-se à disposição para ulteriores esclarecimentos. Sem manifestação dos demais presentes, a presidente deu por encerrada a reunião.
---	---

Ata validada por todos os presentes, **datada e assinada** eletronicamente pela **Des. Anna Carla Lopes Correia Lima de Freitas**, que presidiu a reunião, com apoio da Coordenação de Apoio aos Núcleos, Comitês e Comissões – COAPO, secretariando os trabalhos a servidora Surama Monalisa Costa Sobreira (COAPO).